



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Comissão Especializada Permanente Ambiente e Planeamento do Território 3ª Comissão

ATA N.º 14/XIII-3º/2023-24

- 1 - Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 18H00, na Sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade, realizou-se a décima quarta reunião da Terceira Comissão Municipal - Ambiente e Planeamento do Território.
- 2 - Verificou-se a presença de Nove Eleitos e Eleitas Municipais:
Henrique Margarido, Marta Cortez, Pedro Pereira e Sérgio Bastos (PS),
Rita Magalhães e Sónia Pires (CDU), António Salgueiro (PSD), José Rocha (BE), e
António Maco (CDS-PP).
- 3 - Verificou-se ausências das Eleitas Municipais Amélia Pardal (CDU) e Margarida Paulos (PAN).
- 4 - Justificação de ausências: Motivo profissional.
- 5 – Presenças de Entidades: I) Associação Agrária e para a Proteção Ambiental Costa de Caparica [AAPACC], representadas por Sónia Alves (Presidente), Maria Ramos, Valentina Rosa e Mário Marques e II) Associação de Agricultores das Terras da Costa [AATC], representada por Luís Alves (Presidente), Carlos Rocha e Carolina Santana.
- 5 - Ordem de Trabalhos da reunião – ponto único:
Audição de Duas Associações das Terras da Costa - ponto de situação, nos Bairros e Territórios - projeto 'AgroParque'
- 6 - Apreciação/ conclusões da matéria em análise e discussão

Foi iniciada a reunião de Comissão, com o uso da palavra pelo Presidente.

Sérgio Bastos fez referência à visita ao terreno em Junho e ao acompanhamento que tem sido feito pela AM.

Hoje será para auscultar as preocupações das Associações e fazer um ponto de situação, relativamente à fase em que se encontra o projeto futuro 'AgroParque'.

Assumiu compromisso de, em função disso, a Comissão seguir com as diligências necessárias para atender às necessidades e preocupações de Moradores, Agricultores e Proprietários.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Usou da palavra a Representante e Presidente da AAPACC – Sónia Alves.

Deu nota de a AAPACC ter tido reunião com Câmara Municipal de Almada [CMA], na qual contavam com apresentação e análise de propostas e situações concretas e, ainda, não conseguiram perceber em que pé está o projeto. Não é visível nenhum trabalho ou intervenção no território, excetuando os recentes realojamentos de Famílias do Bairro do Lelo. Das demolições das habitações desocupadas, resultou uma má intervenção dos Serviços Camarários por todo o entulho e lixo acumulados, sem remoção nem limpezas posteriores. Além desta situação de insalubridade e propagação de pragas, grave é o aumento do tráfico de drogas, com o comércio e circulação de Pessoas, constantemente – de dia e de noite; inclusive com disparos audíveis de armas de fogo, canídeos à solta; roubos de hortícolas e combustível de veículos; invasões domiciliárias, assaltos a habitações de Pessoas vulneráveis.

A falta de segurança de Pessoas e bens é crescente e preocupante.

Persiste a ausência de proposta de contrato de arrendamento para os terrenos agrícolas, face o projeto proposto e apresentado para o território das Terras da Costa. Igualmente desconhece-se Regulamento para o AgroParque que a CMA pretende construir. Nada é visível, apesar da afirmação da Presidente de projeto 'ir a meio'.

Há agricultores a quem os certificados ainda não foram atribuídos – apesar do Seminário ter sido positivo, bem como a viagem a Madrid (na qual agricultores participaram e que foi também bastante profícua).

Contudo e face terem ocorrido abordagens impositivas de assinaturas de dois documentos – como o de declaração de interesses e o de atividade (para entrega e justificação na União Europeia [UE] da aplicação de Fundos Comunitários); e sem saberem os contornos concretos nem do Regulamento nem do Projeto – em geral; não existe disponibilidade, por parte dos agricultores, para aceitação legal de compromissos.

Sendo que ambas as Associações ficaram excluídas da elaboração do Regulamento que, inclusive, desconhecem, solicitam que os Grupos e Deputados Únicos Municipais rejeitem esse documento, o qual foi referido estar em análise no Serviço Jurídico da CMA. É comum o ceticismo face esse documento regulador e a posição é 'pé atrás'; face a perda de financiamentos da UE e de incentivos do Governo atual pelo atraso do projeto e inércia da CMA.

Pretendem ter acesso a 'pacote' de reduções e isenções fiscais, como sucede no caso das Pescas; em concreto, relativamente ao IVA.

De seguida, intervém, pela AATC, Carlos Rocha, no sentido de expressar o desagrado por o projeto em causa – 'AgroParque' ter sido realizado e apresentado sem auscultação às Partes visadas e, diretamente, envolvidas – Agricultores, Residentes e Proprietário; sem qualquer avaliação geofísica dos solos em causa e ausência técnica de Especialista em Agronomia. Assume dispensar qualquer financiamento comunitário, pretendendo, desde sempre, a resolução da situação de posse e legalização dos terrenos nos quais produz colheitas agrícolas (desde há quarenta anos).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Expressa sentir-se 'clandestino' por trabalhar terrenos que, antigamente, eram Matas Nacionais e agora são de gestão do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas [ICNF].

Estando impossibilitado por essa situação de não-posse de terrenos (por arrendamento) de venda no MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

A situação de regularização da posse e usufruto dos terrenos é premente, possibilitando, só assim, candidaturas a Fundos Comunitários da UE. Por fim, denuncia terrenos nos quais agricultores morreram e as habitações persistem, agora renovadas e a servir para “usufruto ocasional” – apesar de ser Área Protegida.

De novo em uso da palavra, Sónia Alves reforça a presença de Especialista em Agronomia no projeto 'AgroParque', desde o início.

Contesta a ideia de existirem 'agricultores de fim-de-semana ou de semana; na realidade, há quem tenha as atividades agrícola e/ou agrária como principal e para quem pratique agricultura complementar; mas todos são agricultores!

Relata ter questionado o Delegado da Associação da Indústria de Portugal sobre formações de empreendedorismo, negócios, face a inexistência de formações sobre e em AGRICULTURA. A formação certificada que estão a oferecer é muito aquém do necessário. Os 'workshops' não dão também certificação em Agricultura, para poderem concorrer a financiamentos junto da UE.

Considera, assim, o dinheiro está a ser mal aplicado nas formações.

Sobre o ICNF, relata nunca esta Entidade Pública ter estado presente em qualquer iniciativa pública ou reunião entre as Partes – CMA e Associações.

A alteração de posse e propriedade dos terrenos têm de ser resolvidas o quanto antes para passar a existir arrendamento rural.

Também pela AAPACC, Maria Ramos dá conhecimento, a Esta Comissão, e expressa desagrado e protesto por imposição de assinatura de Declaração de Interesse para poderem frequentar formações; das quais têm estado ausentes e, por outro lado, receberem convites e solicitações para eventos da CMA públicos, nos quais poderão estar “para inglês ver” (*sic*).

Passando-se para intervenções das Forças Políticas, inicia-se com CDSP-PP.

António Maco, Deputado Único, começou por agradecer a presença de Ambas as Associações, representadas pelas Pessoas presentes e intervenientes; dirigindo-se, igualmente, a Si para expressar desagrado e aperto face tudo o que sucedido – inclusive o trabalho da CMA à revelia das Pessoas e Associações das Terras da Costa. Assume, centrando-se na atualidade, o Seu Partido ser totalmente a favor do desenvolvimento dos territórios e economia, desde que realizado em colaboração com os cidadãos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Destaca as matérias colocadas como prementes de contratos de arrendamento dos terrenos e a gravidade do pedido da Presidente da CMA para não falarem e exporem a situação à Comunicação Social.

Pelo sucedido, apresenta proposta de realização de reunião para auscultação da Presidente da CMA e assume compreender o desagrado das Associações. Expressa disponibilidade e apoio para concretização deste projeto, com a colaboração dos agricultores.

Entende ter de se alertar a Junta de Freguesia e as Autoridades competentes sobre o problema do tráfico de droga.

Sobre serem inexistentes partilha e divulgação de esboços tanto de Regulamento como de contratos, reitera indignação, acreditando, sempre, no que afirmam.

Problematiza se tem existido, mesmo, disponibilidade da CMA e do ICNF para regularizar esta situação e indaga sobre a razão para a qual a colaboração com os Agricultores ser tensa e, ainda mais, com tentativa de coação.

Entende a intenção, por parte da CMA, de integração do Ministério da Economia neste Projeto, bem como propõe, igualmente, o Ministério da Agricultura para a implementação do 'AgroParque' e questiona se a própria CCDR está envolvida.

Pelo BE, usa da palavra José Rocha, expressando, igualmente, desagrado por ausência de acesso a conteúdos e propostas tanto de Projeto quanto de Regulamento para o 'AgroParque'.

Sem calendarização nem proposta temporal e/ou intenção política de alteração e regularização da situação da posse e propriedade dos terrenos são as próprias vidas pessoais, materiais (habitações) e profissionais (agricultura) que estão incertas. Questiona se ocorreu algum adiantamento por parte da CMA.

Concorda ser necessária realização de nova reunião com a CMA para questionar e confrontar face todas as novas informações e situações relatadas.

Pela CDU, Rita Magalhães releva a situação e matéria da segurança de Pessoas e bens, bem como as dúvidas e pedidos por parte das Associações, relativos à agricultura.

Entende ser urgente comunicar com a CMA e transmitir esta situação às Autoridades Policiais. O problema do lixo é inadmissível. O entulho devia ter sido retirado e o terreno vedado. Existem, certamente, crianças a brincar perto dessa zona e defende a CMA poder resolver imediato estas ameaças e perigos iminentes.

Sobre as formações em agricultura, a CMA tem de aceitar as propostas dos Agricultores e, em função dessa visão, apostar em ações direcionadas, acreditadas e certificadas para o que pretendem e precisam – e não o que a UE e/ou a CMA quer impor.

Defende a colaboração para o desenvolvimento da agricultura, procurando as melhores condições possíveis.

Considera inadmissível ainda não terem, nem as Associações nem Residentes, tido acesso a proposta de Regulamento nem dos contratos de arrendamento e considera grave caso este projeto poder perder financiamentos através de Fundos Comunitários - como o vigente, Plano Recuperação e Resiliência [PRR] – até final de 2026.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pelo PSD, António Salgueiro relembra Moção [ANEXA], aprovada por unanimidade, em reunião plenária da AM, a 22 de Abril deste ano, de 'Recomendação à CMA sobre o AgroParque'.

Debruça-se, igualmente, sobre a ausência de partilha de esboço do projeto em causa, nem por parte do Arquiteto nem pela Presidente de Câmara, na reunião tida e referida de 4 Setembro passado, na qual as Associações participaram.

Pelo PS, toma a palavra Pedro Pereira para questionar os Representantes Presentes das Associações sobre procedimentos e diligências que tomaram desde a reunião tida por Esta Comissão nas Terras da Costa, a 25 de Junho passado.

Também pelo PS, Marta Cortez agradece a presença das Associações e o investimento que têm realizado, até agora, neste projeto, no qual apostam e pretendemos ver concretizado para benefício de todos - em especial, dos Agricultores das Terras da Costa. É todo um trabalho que tem de ser valorizado e experiência também.

Lamenta a falta de comunicação direta entre a CMA e os Agricultores, bem como o atraso do projeto.

Declara ir insistir e chamar a atenção da Câmara e garante que a CMA quer as melhores condições para os Agricultores e para tal está a trabalhar. Até porque pretende que o estado atual não se deva a da CMA. É um projeto complexo, do ponto de vista jurídico, face a necessidade de regularização da utilização dos terrenos, sendo o primeiro projeto deste tipo em Portugal.

Reconhece ser muito desagradável o ambiente de insegurança.

Solicita, da parte das Associações, se concordam e acompanham serem estas as situações urgentes: 1) Regularização dos terrenos; 2) Obter um Esboço do Regulamento; 3) Obter um Esboço dos Contratos de arrendamento; 4) Formações mais orientadas para a Agricultura (e não p/ empreendedorismo – face as exigência da UE de 250h de formações em Agricultura Sustentável); 5) Divisão das Declarações de Interesse em duas: uma preliminar e uma geral; 6) O problema do lixo e 7) O problema do tráfico de droga.

De novo, no uso da palavra, Sónia Alves – Presidente da AAPACC – confirma a sistematização dos problemas apontados.

Esclarece que Agricultores gostariam de receber formação em Paisagem; até porque a disponibilizada pela AIP é, somente, em 'empreendedorismo' sem financiar, concretamente, as certificadas (em 250h) em Agricultura. Acrescenta terem pago, às Suas expensas, as formações nesta área e matérias agrícolas.

Pretendem e solicitam poderem acompanhar todo o processo jurídico, já que a CMA tem disposto e encaminhado Entidades para visitar os terrenos sem auscultar nem informar, previamente, As Partes – Residentes e Agricultores nas e das Terras da Costa. Até por a Equipa camarária ter informado existirem, já, rúbricas orçamentais para as Terras da Costa e o 'AgroParque'. Assim, pretendem saber, em detalhe, em que é que a CMA vai gastar o dinheiro.

Pelo conhecimento que têm da Associação 'Ensaios e Diálogos de Almada', o projeto parece ser bom, mas, por ora, pouco impactante para Agricultores. Há situações mais urgentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Acrescenta que a valorização e as classificações de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional) advêm da ocupação, do uso e o trabalho ao longo de gerações sucessivas – caso da Sua Família, desde há cinco passadas.

Aliás, questiona por que razão aos agricultores se quer fazer um contrato de arrendamento oitocentos euros/ano (como mata nacional), se foram os agricultores a desbravar os terrenos e estão lá há tantas décadas?

E por contraposição, compara e confronta: o contrato com a WeMob é um contrato de Comodato que a CMA fez.

Porque não realizar contratos de comodato nas Terras da Costa?

Também por estes terrenos e território estarem sob a tutela do ICNF, requereram Ambas as Associações reunião conjunta com Diretor deste. Têm informação, desde então (há um mês) deste pedido ter sido encaminhado para Diretor, em Setúbal, desta Área Protegida – Arriba Fóssil da Costa de Caparica.

Em posição concertada, ambas as Associações propõe a criação de legislação própria e concreta para aquele território. Se for preciso irão à Assembleia da República ou junto do Governo, por todo o interesse e disponibilidade comuns.

A matéria de segurança de Pessoas e Bens é imperativo da CMA. Ao roubo de animais e demais perturbações a GNR tem comparecido, por solicitação de Moradores e Agricultores.

Pela AATC, intervém, de novo, Carlos Rocha, para reiterar a importância de regularização da situação dos terrenos; para relevar a necessidade o trabalho e intervenção dos Guardas Florestais na limpeza das Matas, pois têm sido insuficientes ou, mesmo, inexistentes.

A autorização e viabilização de acesso dos Agricultores à Mata para recolher composto a ser utilizado na agricultura, seria uma mais-valia para a gestão e limpeza das Matas.

Propões a criação dum órgão para fiscalizadora das parcelas – para se aferir quem são agricultores e/ou residentes.

Também Desta Associação, Carolina Santana, expressa, igualmente, por parte Desta Associação e Sócios/as, o desagrado face o incumprimento de compromisso por parte da palavra da Presidente de Câmara para o Regulamento ser trabalhado, desde o início, em conjunto e tal jamais ter sucedido.

Sobre preço indicado de oitocentos euros /ano (o praticado pelo ICNF), têm proposta para que seja valorizada a antiguidade na fixação das rendas para os Agricultores.

Sobre o entulho, lamenta a posição da CMA, assumida pela Presidente (na reunião de Setembro), de pretender que permaneça disposto nos terrenos para evitar novas construções de casas clandestinas (como alega ter sucedido no Bairro de Penajóia, no Pragal).

Corroborada da posição da AAPACC, de o trabalho agrícola e a vivência de famílias há décadas neste território possibilitaram, edificam e potencializam todo o património paisagístico das Terras da Costa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De novo, intervêm as Membros das Forças Políticas.

Pelo CDS-PP, António Maco apresenta proposta para criação de Grupo de Trabalho específico para este caso e situação e valoriza todas as iniciativas e audições que possa ter nas Comissões da Assembleia da República; no sentido de evitar reparcelamentos (em hasta pública) que, somente, podem ameaçar Habitantes e Agricultores, com aquisições por parte de Terceiros.

Por parte da CDU, Sónia Pires questiona sobre a proposta de criação de Grupo de Trabalho se seriam, somente, com Membros Desta Comissão ou envolvendo Outras Municipais.

Em resposta, António Maco, responde como o que for mais conveniente; caso assim entendam. Contudo, crê fazer sentido serem, somente, Desta Comissão.

De novo, intervém pela AAPACC, Sónia Alves.

Reconhece a complexidade deste projeto, mas entende, ao mesmo tempo, ser fácil e simples de resolver, desde que exista vontade.

Sustentável e ecológico é, certamente, para os agricultores e é o que este projeto deve ser. Não, mera e necessariamente, bonito ou estético.

Relata situação recente em que a CMA deu informação de véspera face visita por parte da Área Metropolitana de Lisboa à Associação; na qual estariam 'Agricultores', sendo, contudo, a maioria de fora dos terrenos e território das Terras da Costa.

Também pela AAPCC, Mário Marques intervém e lamenta que, após dois anos de projeto 'AgroParque', a CMA pretenda abdicar e tencione entregar a gestão a uma empresa privada e pretendem saber que entidade gestora seria ou será. Ainda nada se sabe.

De novo, por esta Associação, Sónia Alves dá conhecimento, à Comissão, de terem sido enviados (em Setembro, aquando reunião com a CMA, na presença da Presidente), compilação de dozes pontos e colocação de proposta para prática de pecuária.

Partilham e revelam, ainda, situações em que Diretor Municipal Nuno Mata têm tido discursos e atitudes de imposição para assinatura de documentos apresentados, junto das Pessoas.

Face aconselhamento jurídico que as Associações têm tido, a posição e prática unânimes é de rejeição de validação, por assinatura, de quaisquer documentos, sem análise por parte de Especialista em Direito. Nunca são disponibilizadas exemplares.

Pela CDU, Sónia Pires solicita ser enviada, para esta Comissão, listagem em causa, com os doze pontos relatados.

Marta Cortez, do PS, toma palavra para responder e esclarecer sobre proposta de comodato para terrenos das Terras da Costa.

Explica a WeMob ser uma empresa municipal, detida pela CMA; logo, contratos dentro da mesma 'entidade', Pessoa Pública e, daí, ser com facilidade praticado comodato.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nas Terras da Costa, seria disponibilizar terrenos municipais a privados, que os iriam explorar economicamente.

Esses contratos têm valor económico e estão sujeitos ao código dos Contratos Públicos.

Se é possível fazer uma lei especial para as terras da Costa? Talvez seja, mas esclarece não podermos revogar leis da UE e as Normas de Contratação Pública advirem de Diretivas Europeias.

Não obstante, entende o caminho que está a CMA a seguir é com fundamento legal para regularizar a situação.

A encerrar, Presidente da Comissão, Sérgio Bastos assume a necessidade de auscultação do Executivo e de transmitir as preocupações expostas

7 - Próxima Reunião: -

8 - Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelas 20h05.

9 - Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretária da Comissão e demais Deputadas e Deputados Municipais presentes.



MOÇÃO

Pela Manutenção das Residências de 1ª Habitação dos Moradores das Terras da Costa

Considerando as questões que os moradores das Terras da Costa vieram apresentar na sessão da Assembleia Municipal de Almada, realizada em 3 de abril.

Considerando que todos os cidadãos têm direito bem como para as respetivas famílias a habitação adequada ao seu agregado familiar, com condições de salubridade e de comodidade que leve à preservação da privacidade pessoal e familiar.

Considerando que compete ao Estado apoiar e incentivar as iniciativas das comunidades locais e das populações no sentido de resolver os problemas habitacionais respetivos.

Considerando o momento atual em que se verificam a nível nacional e concelhio grandes carências habitacionais e que se encontram inscritas na Estratégia Local de Habitação do município.

Considerando que decorreu mais de século e meio, em que diversas famílias, bisavós, avós, pais e agora também trinets, bisnetos, netos e filhos moraram e trabalharam as Terras da Costa.

Considerando que é importante dinamizar um plano de reorganização da atividade agrícola nas Terras da Costa.

Considerando a importância da valorização e preservação dos solos agrícolas das Terras da Costa.

Considerando que o município assumiu querer realizar uma regularização com os agricultores e moradores na forma como aquelas terras são usadas e cultivadas num projeto que tem como objetivo unir todos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de abril de 2024, na Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau-Bau, decide:

1. Recomendar à Câmara Municipal que proceda ao levantamento de todas as situações habitacionais (levantamento cadastral) sobretudo das situações de primeira habitação;
2. Recomendar à Câmara Municipal que assegure os direitos das famílias envolvidas que se encontram neste território e que ali vivem em situação permanente principalmente as que não tem alternativas habitacionais noutra local;
3. Recomendar à Câmara Municipal que garanta que a vocação deste território, especialmente agrícola, se mantenha tendo em vista a promoção da agricultura local e sustentável que ali se pratica quase há duas centenas de anos.

Sobreda, 22 de abril de 2024

O Grupo Municipal do PSD